

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Qd 2 Lt 3  
Edifício Adail Belmonte  
Brasília - DF - CEP: 70070-600  
Telefone: (61) 3366-9100  
www.cnmp.mp.br

**SUMÁRIO**

|                            |    |
|----------------------------|----|
| Presidência.....           | 1  |
| Plenário.....              | 27 |
| Corregedoria Nacional..... | 36 |

**PRESIDÊNCIA****CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO****2ª Sessão Ordinária de 2021**

Dia: 23/02/2021

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

**PAUTA DESTA SESSÃO****PARTE I**

1) Aprovação da Ata da 1ª Sessão Ordinária (09/02/2021).

**PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS****Processos com Pedidos de Vista**

Pedido de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2018 (25/09/2018)

- 1) Proposição nº 1.00328/2018-90  
Requerente: Orlando Rochadel Moreira  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedido de Vista na 14ª Sessão Ordinária de 2019 (24/09/2019)

- 2) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00150/2019-03  
Requerente: Ministério Público de Contas do Estado de Goiás  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Despachos de nºs 434/2017, 451/2017 e

596/2017 – PGJ-DG, da lavra do Procurador-Geral de Justiça. Recebimento por parte dos servidores de valores correspondentes à diferença de 11,98% decorrentes da conversão de cruzeiros reais em Unidades Reais de Valores (URV). Alegação de inexistência de fato gerador. Alegação de prescrição. Pedido de liminar.

Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Goiás  
Vista: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Pedido de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2020 (12/02/2020)

- 3) Proposição nº 1.01141/2018-59  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução CNMP n.º 14/2006. Acréscimo do parágrafo 5º ao artigo 16. Proibição de realização de entrevista pessoal reservada nos concursos de ingresso na carreira do Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Pedido de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2020 (10/03/2020)

- 4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00063/2020-44  
Requerentes: Afonso de Ligório Bezerra Junior; Alexandre Gonçalves Frazão; Alysso Michel de Azevedo Dantas; Augusto Carlos Rocha de Lima; Fabio de Weimar The; Herminio Souza Perez Junior; Izabel Cristina Pinheiro; Juliana Alcoforado de Lucena; Micaele Fortes Caddah; Patricia Antunes Martins de Oliveira; Paulo Batista Lopes Neto; Sílvio Ricardo Gonçalves de Andrade Brito  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Ato da Procuradoria Geral de Justiça que desativou prédios de Promotorias de Justiça. Designação de membros para terem exercício em outras Comarcas. Desrespeito a regra das promoções e remoções. Pedido liminar.  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Rio Grande do Norte  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência – Continuação (05/05/2020)

- 5) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00208/2020-16  
Requerentes: Fabio Ribeiro Velloso; Luciano Taques Ghignone; Paulo Eduardo Garrido Modesto  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Portarias n.ºs 524/2020, 525/2020 e 546/2020. Remoção compulsória. Violação à inamovibilidade. Alegação de desvio de poder. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Bahia  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedido de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência (12/05/2020)

- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00700/2019-01  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Piauí  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 5ª Sessão do Plenário por Videoconferência (26/05/2020)

- 7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00224/2020-90  
Requerentes: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas; Jussara Maria Pordeus e Silva  
Requeridos: Ministério Público do Estado do Amazonas; Procuradoria Geral de Justiça  
Interessado: Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Suspensão dos efeitos dos atos de convocações, a partir de edição do Decreto nº 42.100, do Governo Estadual, e dos atos de deferimento dos requerimentos de trabalho remoto. Ato nº 112.2020.PGJ. Prevenção ao COVID-19. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Amazonas  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedidos de Vista na 6ª Sessão do Plenário por Videoconferência – Continuação (16/06/2020)

- 8) Pedido de Providências nº 1.00312/2018-13  
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado do Amapá  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Determinação de acesso aos autos do Procedimento Investigatório nº 0000013-71.2016.9.04.0000 aos advogados devidamente constituídos. Desrespeito a Súmula Vinculante nº 14 do Supremo Tribunal Federal. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Amapá  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
- 9) Proposição nº 1.00448/2018-14  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito do Ministério Público brasileiro, no exercício do poder disciplinar.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedido de Vista na 7ª Sessão do Plenário por Videoconferência – Continuação (30/06/2020)

- 10) Pedido de Providências nº 1.00800/2019-39  
Requerente: Conselho Regional de Serviço Social da 3ª Região  
Advogada: Sabine Tams Gasperin – OAB/CE n.º 42.863  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Alegação de atuação irregular de Membro da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapajé na área de Infância e Juventude. Alegação de ofensa referente à atuação profissional de assistente social. Suposta violação à Recomendação CNMP n.º 33/2016.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Ceará  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 1ª Sessão Extraordinária de 2020 (07/07/2020)

- 11) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)  
Recorrente: Margaret Matos de Carvalho  
Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF n.º 42.804  
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar n.º 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2020 (08/09/2020)

- 12) Consulta nº 1.00838/2018-11  
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Interessados: Anísio Marinho Neto; Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – AMPERN; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL  
Advogado: George Melão – OAB/SP n.º 384.804  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Exigibilidade de instauração de Procedimento Investigatório Criminal. Interesse do membro em realizar investigação direta nos autos do inquérito policial.  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Rio Grande do Norte  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 14ª Sessão Ordinária de 2020 (22/09/2020)

- 13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00438/2020-20  
Requerente: Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado de Pernambuco  
Advogado: André Rebelo Costa – OAB/AL n.º 11569  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Suspensão da validade. Resolução Conjunta PGJ – CGMP nº 03/2020. Desrespeito à Resolução CNMP nº 164/2017.

Extrapolação da competência do Procurador-Geral e do Corregedor-Geral. Pedido liminar.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Pernambuco  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Pedidos de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2020 (13/10/2020)

14) Pedido de Providências nº 1.00675/2019-58

Requerente: Lilia Emilia Ferreira  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Interessado: Pedro Eugenio Beltrame Benatti  
Advogado: Alexandre lunes Machado – OAB/GO n.º 17275  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Desconstituição de atos realizados. Inquérito Civil Público nº 005/2019 – Autos 2019.0008.4667. Irregularidades em busca e apreensão. Pedido de impedimento e suspeição de membro da 5ª Promotoria de Justiça de Caldas Novas. Pedido liminar.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Goiás  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00158/2020-03 (Processo Sigiloso)

Requerente: Jaime Romaquelli  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Controle do Ato nº 256/2019-PGJ. Suspensão da nomeação de Promotores para atuação na esfera judicial, através do GAECO. Proibição de atuação de membros do GAECO na fase Judicial desacompanhados do Promotor Natural. Determinação para criação de Promotorias Criminais com atribuições ao crime organizado, para atuação perante o Órgão Judicial. Pedido Liminar.

Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Mato Grosso  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00168/2020-58

Requerente: Francisco Yukio Hayashi  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado da Fazenda. Acesso ao Sistema de Administração Tributária. Indeferimento de pedido.

Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Santa Catarina  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedido de Vista na 16ª Sessão Ordinária de 2020 (27/10/2020)

17) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00214/2020-46

Requerente: Estado da Bahia  
Advogado: Ruy Sergio Deiro da Paixão – OAB/BA nº 8130  
Requerido: Milane de Vasconcelos Caldeira Tavares  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024  
Interessado: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Disseminação de coronavírus (COVID-19). Recomendação 003/2020 emitida pela 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso. Contrariedade às recomendações expedidas pela Organização Mundial da Saúde e ao regular funcionamento do Poder Executivo.

Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Bahia  
Vista: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Pedido de Vista na 18ª Sessão Ordinária de 2020 (24/11/2020)

- 18) Pedido de Providências nº 1.00104/2020-66  
Requerente: Soliana Figueiredo dos Santos Silva  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Uberlândia. Transporte escolar no município de Araguari. Idade máxima de veículos.  
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Minas Gerais  
Vista: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Pedidos de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2021 (09/02/2021)

- 19) Processo Administrativo Disciplinar n.º 1.01149/2018-98 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Reclamação Disciplinar n.º 1.00571/2018-08. Manifestação em rede social. Ofensa e desrespeito aos Membros do Ministério Público do Trabalho.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima
- 20) Remoção por Interesse Público nº 1.00005/2019-13 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requeridos: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner  
Advogados: Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256  
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho. Procuradoria do Trabalho no Município de Santo Ângelo/RS (4ª Região). Relação desarmoniosa para com servidores.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Cons. Rinaldo Reis Lima

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 21) Proposição nº 1.00056/2017-10  
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correições e Inspeções.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal
- 22) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00313/2018-77  
Requerente: Associação Paraibana da Advocacia Municipalista  
Advogado: Marco Aurelio de Medeiros Villar – OAB/PB n.º 12.902  
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Interessados: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional da Paraíba  
Advogado: Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979

Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Controle. Recomendações para rescisões de contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Desrespeito à Recomendação CNMP nº 36/2016. Determinação de não instauração de inquéritos e/ou Ações Cíveis Públicas por haver contratos firmados entre advogados e Municípios. Pedido liminar.

Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Origem: Paraíba

23) Proposição nº 1.00509/2018-25

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.

Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Origem: Distrito Federal

24) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)

Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia

Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP nº 36/2016. Pedido liminar.

Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Maranhão

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (14/11/2017)

25) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)

Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega

Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n. 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Rio Grande do Norte

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária (26/02/2019)

26) Proposição n.º 1.01083/2018-09

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do artigo 12, da Resolução n.º 92. Regimento Interno.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão Ordinária (25/06/2019)

27) Proposição nº 1.00622/2017-84

Requerente: Fábio George Cruz da Nóbrega

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Critérios para fins de promoção e remoção por merecimento de membro do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Distrito Federal

28) Proposição nº 1.00946/2017-02 (Apensos: Processo nº 1.00949/2017-65; Processo nº 1.00951/2017-70; Processo nº 1.00950/2017-17; Processo nº 1.00963/2017-22)  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Formação de listas tríplexes para promoção por merecimento, em caso de insuficiência de candidatos no primeiro quinto da lista de antiguidade.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal

29) Proposição nº 1.00947/2017-58  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A promoção por merecimento, ainda que norteadas por critérios objetivos e eventualmente precedida de avaliação dos candidatos pela Corregedoria local, não prescinde de um natural resquício de subjetividade, devendo os votos do Conselho Superior serem documentados para o caso de se submeterem a posterior controle.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 11ª Sessão Ordinária (13/08/2019)

30) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00333/2019-56 (Recurso Interno)  
Recorrente: Shirlene Kerine Costa  
Advogado: Bruno Fabricio Elias Pedrosa – OAB/PI nº 15339  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Tocantins  
Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Irregularidades no indeferimento da inscrição do concurso de remoção. Edital nº 001/2019, retificado pelo Edital nº 002/2019. Exclusão do item 1.4 do Edital de Remoção Interna nº 002/2019. Promotorias de Justiça de Araguaína. Promotoria de Justiça de Wanderlândia. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Tocantins

Incluído na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (10/09/2019)

31) Proposição nº 1.00956/2018-39  
Requerente: Fábio Bastos Stica  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Alteração do art. 24 do RICNMP.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 18ª Sessão Ordinária (26/11/2019)

32) Proposição nº 1.01065/2017-37  
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

33) Proposição nº 1.00972/2018-03  
Requerentes: Gustavo do Vale Rocha; Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços ministeriais pelas



partes, procuradores, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro, em todos os seus ramos.

Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária (11/02/2020)

34) Proposição nº 1.00146/2019-90  
Requerente: Sebastião Vieira Caixeta  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação no âmbito do Ministério Público da responsabilização administrativa de pessoas jurídicas por atos contra a administração pública, nos termos da Lei n.º 12.846/2013.  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

35) Proposição nº 1.00151/2019-67  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Atuação dos membros do Ministério Público. Defesa dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência residentes em instituições que prestem serviços de acolhimento de pessoas com deficiência.  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

36) Proposição nº 1.00393/2019-23  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77, do RICNMP.  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência (28/04/2020)

37) Proposição nº 1.00125/2020-09  
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração do Regimento Interno. Possibilidade de arquivamento, a critério do Relator, de proposições de iniciativa de Conselheiros Nacionais em razão de superveniente término de mandato do proponente.  
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão do Plenário por Videoconferência (26/05/2020)

38) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27  
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal

39) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03  
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama  
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica nº 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 7ª Sessão do Plenário por Videoconferência (23/06/2020)

40) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00158/2019-42  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Descumprimento do item 19.7 do Relatório Conclusivo da Correição realizada nas unidades ministeriais do mencionado Estado. Determinação para ajuizamento de Ação Civil de Perda de Cargo. Processo CNMP nº 0.00.000.000047/2017-20.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Goiás

Incluído na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária (07/07/2020)

41) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00918/2019-58  
Requerente: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Recomendação Conjunta n.º 0001.2019-PGJ/CGMPAM. Atuação de membros nos processos de habilitação de casamento e processos de conversão de união estável em casamento.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Amazonas

Incluído na Pauta da 11ª Sessão Ordinária (18/08/2020)

42) Proposição nº 1.00445/2020-04  
Requerente: Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação às unidades do Ministério Público brasileiro a respeito de regras de atendimento aos advogados, procuradores e defensores públicos, para efetivação do art. 5º, da Resolução CNMP nº 210, de 14 de abril de 2020.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (08/09/2020)

43) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00483/2020-85  
Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requeridos: Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades no pagamento de auxílio saúde. Pagamento mediante comprovação de gastos. Pedido liminar.  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Amapá

44) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00494/2020-83  
Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Irregularidades. Pagamento. Auxílio

Saúde. Proibição de penduricalhos e auxílios ao subsídio dos membros do Ministério Público brasileiro.

Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Amazonas

Incluído na Pauta da 14ª Sessão Ordinária (22/09/2020)

45) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00516/2020-60

Requerente: Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho  
Requeridos: Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho; Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Conselho Superior. 4ª Câmara de Coordenação e Revisão. Regulamentação do serviço de distribuição dos feitos. Reclamação PGEA 1.00.001.000098/2020-91. Pedido liminar.  
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal

Processos incluídos na Pauta da 15ª Sessão Ordinária (13/10/2020)

46) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00028/2019-73

Requerente: Liana Maria Melo Lages  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Interessado: Eloi Pereira de Sousa Junior  
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Controle da Resolução CPJ-PI nº 03/2018. Determinação para que a 56ª Promotoria de Justiça de Teresina se abstenha de atuar no controle externo da atividade policial. Realização de inspeções nas delegacias e batalhões militares. Participação em audiências de instrução e julgamento junto as 7ª e 8ª Varas Criminais de Teresina. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Piauí

47) Reclamação Disciplinar nº 1.00304/2020-37 (Recurso Interno)

Recorrentes: Cristina Aparecida de Castro; Marcelo Feijo Chalreo; Paulo Tavares Mariante  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Goiás

48) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75

Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Amapá

49) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00537/2020-02

Requerente: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP  
Advogado: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Anulação. Decisão do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nos autos do Processo SEI 20.22.0001.0007053.2020-05 (Processo MPRJ nº 2019.01404092). Determinação para o afastamento de servidor do exercício de cargo na coordenação nacional da Federação Nacional de Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais (FENAMP). Pedido liminar.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Rio de Janeiro

Incluídos na Pauta da 16ª Sessão Ordinária (27/10/2020)

- 50) Reclamação Disciplinar nº 1.00591/2019-97 (Recurso Interno)  
Recorrentes: José Renan Vasconcelos Calheiros; Rogerio Correia de Moura Baptista  
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal  
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Luiz Roberto Fonseca Silva – OAB/SP n.º 351939; Marcio Fernando Elias Rosa – OAB/SP n.º 83.744  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Paraná
- 51) Reclamação Disciplinar nº 1.00335/2020-24 (Recurso Interno)  
Recorrente: Estado do Maranhão  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Maranhão

Incluídos na Pauta da 17ª Sessão Ordinária (10/11/2020)

- 52) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00301/2020-76  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Instituição de auxílio saúde para membros e servidores. "Vale COVID". Verba de caráter indenizatório. Ato Administrativo nº 924/2020/PGJ. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal
- 53) Proposição nº 1.00404/2020-72  
Requerente: Sandra Krieger Gonçalves  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina o uso da expressão "Ministério Público" e sua abreviatura como componente da denominação pública ou coletiva por entidades privadas.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 54) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00763/2020-00 (Recurso Interno)  
Recorrente: Paulo Augusto Donatti Nothen  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Controle. Procedimento nº 01.2020.00008089-1. Apuração de ato de improbidade administrativa. Indeferimento de pedido de acesso à informação com base na Lei n.º 12.527/2011. 9ª Promotoria de Justiça de Balneário Camboriú.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Santa Catarina

Incluídos na Pauta da 18ª Sessão Ordinária (24/11/2020)

- 55) Proposição nº 1.00359/2019-77  
Requerente: Luciano Nunes Maia Freire

- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Acompanhamento da destinação dos recursos oriundos de medida alternativa aplicada em função de transação penal ou da suspensão condicional do processo, bem como de acordos de não persecução penal, sempre que oriundos de atos atentatórios ao meio ambiente.
- Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal
- 56) Proposição nº 1.00429/2019-79  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Diretrizes a serem observadas no processo administrativo disciplinar no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Distrito Federal
- 57) Sindicância nº 1.00637/2019-87 (Recurso Interno)  
Recorrentes: Reinaldo Azambuja Silva; Rodrigo Souza e Silva  
Advogados: Gustavo Passarelli da Silva – OAB/MS nº 7602; Victoria Goncalves Bello de Faria – OAB/DF nº 61631  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Advogado: Elton Luis Nasser de Mello – OAB/MS nº 5123  
Objeto: Sindicância instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.  
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Mato Grosso do Sul
- 58) Proposição nº 1.00668/2019-74  
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição do Plano de Classificação de Documentos (PCD). Instituição da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos do Ministério Público (TTD) - área meio.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal
- 59) Reclamação Disciplinar nº 1.00913/2019-80 (Recurso Interno)  
Recorrente: Moacir Guimaraes Morais Filho  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal

- Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal
- 60) Reclamação Disciplinar nº 1.00378/2020-73 (Recurso Interno)  
Recorrente: Miguel Francisco Urbano Nagib  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal
- 61) Pedido de Providências nº 1.00392/2020-30 (Recurso Interno)  
Recorrente: Walter Helmiton Barbosa Segundo  
Recorrido: Procuradoria da República - Rio de Janeiro  
Interessado: Alexandre Ribeiro Chaves  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Determinação para reforma da decisão de manutenção de arquivamento. Inquérito Civil nº 1.30.001.004284/2017-65. Novas provas apresentadas pelo requerente.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Rio de Janeiro
- 62) Pedido de Providências nº 1.00478/2020-09 (Recurso Interno)  
Recorrente: Marlene Pagotto de Souza Lima  
Advogado: Yorran Rodrigues Meneghel – OAB/ES nº 26214  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Promoção de arquivamento. Decisão administrativa exarada pelo Conselho Superior. Negativa de provimento ao recurso interposto. Notícia de Fato Criminal nº. 2019.0033.6702-51.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Espírito Santo
- 63) Sindicância nº 1.00502/2020-09 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas  
Advogados: Lucas Almeida de Lopes Lima – OAB/AL nº 12.623; Ciro Varcelon Contin Silva – OAB/AL nº 8663  
Interessada: Fernanda Maria Moreira de Almeida Lobo  
Advogado: Thiago Mota de Moraes – OAB/AL nº 8563  
Objeto: Sindicância instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Alagoas.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Alagoas
- 64) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00678/2020-80 (Recurso Interno)  
Recorrente: Carlos Alberto dos Santos Monteiro  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Indeferimento de recurso administrativo. Determinação para devolução de valores descontados dos vencimentos do requerente, referentes a auxílio saúde.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Pará
- 65) Proposição nº 1.00691/2020-93  
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação

Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do art. 43, § 3º do RICNMP.

Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária (09/02/2021)

- 66) Proposição nº 1.00145/2019-37  
Requerente: Luciano Nunes Maia Freire  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Criação de Comissão Especial de Aperfeiçoamento e Fomento da Atuação do Ministério Público na Proteção e Defesa do Consumidor.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Distrito Federal
- 67) Consulta nº 1.00559/2019-48  
Requerente: Gilberto Valente Martins  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução n.º 143/2016 CNMP. Regulamentação dos procedimentos de inquérito civil no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará. Designação por parte do Procurador-Geral de Justiça de membro para cumprir diligências. Hipótese de recusa. Dever de cumprimento de ordem.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Pará
- 68) Pedido de Providências nº 1.00954/2019-11  
Requerente: Soraya Maria Campos  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Alegação de denúncia caluniosa no município de Guaratuba.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Paraná
- 69) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00972/2019-01  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará  
Advogados: Francisco Érico Carvalho Silveira – OAB/CE n.º 16.881; Matheus Andrade Braga – OAB/CE n.º 40.495  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Excesso de prazo em responder a pedidos de informação. Lei n.º 12.527 (Lei de Acesso à Informação). Apuração em sede de

Representação por Inércia ou Excesso de Prazo n.º 1.00565/2019-78.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal

70) Pedido de Providências n.º 1.00057/2020-14 (Recurso Interno)

Recorrente: Soraya Maria Campos  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Atuação. Notícia de Fato n.º 004618101638-0. Promoção de arquivamento. 5ª Vara Criminal de Curitiba. Suposto crime de estelionato.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Paraná

71) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00076/2020-50 (Recurso Interno)

Recorrente: Matheus Baraldi Magnani  
Recorrido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Conselho Superior. Abertura de processo administrativo disciplinar. Alegação de fato atípico e prescrição.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: São Paulo

72) Reclamação Disciplinar n.º 1.00362/2020-05 (Recurso Interno)

Recorrente: Manoel Laeldo dos Santos Nascimento  
Advogado: Jimmy Deyglisson Silva de Sousa – OAB/MA n.º 11.426  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Tocantins  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Tocantins.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Tocantins

73) Pedido de Providências n.º 1.00387/2020-64

Requerente: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Requerido: Ministério Público Federal  
Interessado: Lucas Horta de Almeida  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Alagoas. Conflito negativo de atribuições suscitado pela Promotoria de Justiça em Satuba.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Alagoas

74) Revisão de Processo Disciplinar n.º 1.00415/2020-70

Requerente: Leandro Manhães de Lima Barreto  
Advogado: João Bosco Won Held Gonçalves de Freitas Filho – OAB/RJ n.º 131907  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar n.º 2018.00431011, que tramitou na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Rio de Janeiro

75) Pedido de Providências n.º 1.00429/2020-30

Requerente: Rafael Calhau Bastos  
Requeridos: Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Procuradoria da República – Espírito Santo  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil n.º 2018.0035.4023-85. Conforme decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ACO n.º 843.  
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos



Origem: Espírito Santo

- 76) Reclamação Disciplinar nº 1.00487/2020-08 (Recurso Interno)  
Recorrentes: Adriano Jorge Correia de Barros Lima; Alfredo Gaspar de Mendonça Neto; Jomar Amorim de Moraes; Jorge José Tavares Dória; José Antônio Malta Marques; Max Martins de Oliveira e Silva  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado de Alagoas  
Objeto: Reclamação disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado de Alagoas.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Alagoas
- 77) Reclamação Disciplinar nº 1.00493/2020-20  
Requerente: Gilberto Valente Martins  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Reclamação disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Pará.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Pará
- 78) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00501/2020-47 (Recurso Interno)  
Recorrente: Cristóvão Sanches de Medeiros  
Advogado: Lucas de Souza Assis – OAB/MG n.º 152900  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Procuradoria Geral de Justiça. Designação de servidor para atuar na administração de condomínio. Alegação de desvio de função/finalidade. Desrespeito ao princípio da legalidade. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Minas Gerais
- 79) Reclamação Disciplinar nº 1.00600/2020-29  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal
- 80) Reclamação Disciplinar nº 1.00605/2020-05  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal no Estado do Maranhão  
Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673  
Objeto: Reclamação disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal no Estado do Maranhão.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal
- 81) Reclamação Disciplinar nº 1.00606/2020-50 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal no Estado do Paraná  
Objeto: Reclamação disciplinar instaurada em desfavor membro do Ministério Público Federal no Estado do Paraná.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal
- 82) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00657/2020-37

- Requerente: Abel José Rodrigues Neto  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Interessados: Eduardo Jorge Hiluy Nicolau; Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Advogada: Isabella Boga de Assis – OAB/MA n.º 11.932  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Anulação. Portarias n.º 66572020, n.º 66322020, n.º 66652020 e n.º 66662020, editadas pelo Procurador-Geral de Justiça. Designação de Promotor. Desrespeito ao princípio do Promotor Natural. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Maranhão
- 83) Proposição n.º 1.00692/2020-47  
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público para fixar prazo para inclusão de feitos em pauta.  
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal
- 84) Pedido de Providências n.º 1.00718/2020-48  
Requerente: Procuradoria da República no Município de São Miguel do Oeste  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Interessado: Luan de Moraes Melo  
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. E-Proc n.º 5002411-06.2020.4.04.7202 (EPROC n.º 5001022-50.2019.8.24.0017). 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dionísio Cerqueira. Procuradoria da República no Município de São Miguel do Oeste.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Santa Catarina
- 85) Pedido de Providências n.º 1.00750/2020-97  
Requerente: Andre Levi de Melo Almeida  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Divulgação indevida de dados pessoais. Representação n.º 43.0161.0001780/2019-1. Promotoria de Justiça do Consumidor.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: São Paulo
- 86) Pedido de Providências n.º 1.00869/2020-60  
Requerentes: José Eduardo Ciotola Gussem; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Interessados: Marcos Kac; Selma Iamani Bastos Pereira  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Procedimento MPRJ n.º 2020.00169799. 2ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Territorial da área Méier e Tijuca. 3ª Promotoria de Justiça Criminal de Santo André.  
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Rio de Janeiro
- 87) Pedido de Providências n.º 1.00886/2020-98 (Recurso Interno)  
Recorrente: Luis Gabriel Palma Vieira  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Desrespeito ao princípio da publicidade. Indisponibilidade de acesso ao Diário Oficial. Determinação para que todos os arquivos antigos do Diário Oficial sejam convertidos para o formato PDF.

Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Goiás

- 88) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.01002/2020-40  
Requerente: Rejane Eire Fernandes Alves  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Interessada: Vanja Fontenele Pontes  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Consulta a dados pessoais de juíza de direito por parte da Procuradoria Geral de Justiça. Ausência de resposta após consulta formulada.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Ceará

- 89) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01045/2020-99  
Requerente: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Interessada: Procuradoria Regional do Trabalho – 13ª Região/PB  
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Denúncia anônima relativa à suposta prática de “assédio moral por sobrecarga de trabalho” em face de servidores estatutários do Poder Judiciário estadual. Alegação de invasão de atribuições por parte do Parquet laboral. Pedido de liminar.  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Paraíba

- 90) Pedido de Providências nº 1.01061/2020-63  
Requerente: Ministério Público do Estado do Acre  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuição. Suposta prática de crime de estelionato. Local de prejuízo da vítima.  
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Rio de Janeiro

- 91) Reclamação Disciplinar nº 1.01085/2020-77  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (23/02/2021)

- 92) Pedido de Providências nº 1.00289/2019-75  
Requerentes: Alcides Martins; Darcy Santana Vitobello; Domingos Savio Dresch da Silveira; Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho; Marcelo Antonio Muscogliati; Monica Nicida Garcia; Nivio de Freitas Silva Filho; Paulo Eduardo Bueno; Rogerio de Paiva Navarro; Sady D'Assumpcao Torres Filho; Solange Mendes de Souza  
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração. Resolução CNMP nº 194/2018. Auxílio moradia aos membros. Paridade de tratamento entre os membros do Poder Judiciário e os membros do Ministério Público.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

- 93) Reclamação Disciplinar nº 1.00345/2019-08 (Embargos de Declaração)

- Embargante: Denis Colares de Araujo  
Embargado: Membro do Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul  
Objeto: Reclamação disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Mato Grosso do Sul
- 94) Proposição nº 1.00631/2019-55  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Inclui o artigo 7º-A do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público. Julgamento em ambiente eletrônico dos procedimentos que aguardam apreciação pelo Plenário.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal
- 95) Pedido de Providências nº 1.00676/2019-01  
Requerentes: Associação Nacional do Ministério Público Militar - ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT  
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução CNMP nº 194/2018. Inclusão de dispositivo semelhante ao § 2º do art. 2º da Resolução nº 274/2018 do Conselho Nacional de Justiça. Regulamentação de auxílio moradia aos membros do Ministério Público.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal
- 96) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00748/2019-10 (Processo Sigiloso)  
Requerentes: Sigilosos  
Advogado: Roberto Rodrigues de Cerqueira – OAB/TO nº 4540  
Requeridos: Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Ministério Público Federal. Alegação de omissão em sede de recurso administrativo sobre acordo entre servidores e o município de Gurupi. Exclusão de direitos indisponíveis. Inexistências de peças de julgamento de processo administrativo.  
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Tocantins
- 97) Reclamação Disciplinar nº 1.00925/2019-31 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Jania Aparecida de Paula  
Embargados: Membros do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Distrito Federal
- 98) Pedido de Providências nº 1.00021/2020-59 (Recurso Interno)  
Recorrente: Sigiloso  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Promoção de arquivamento. Apuração de caso de abandono de idoso. Representação ao MP/CE sem a devida identificação do requerente.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Ceará

- 99) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00381/2020-32 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Sigiloso  
Advogado: Renan Sales Vanderlei – OAB/ES nº 15.452  
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Utilização de termos inadequados e entendimento jurídico superado em parecer proferido em processo judicial de ação de adoção. Conforme informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00969/2019-34. Portaria CNMP-CN nº 15/2020.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Espírito Santo
- 100) Pedido de Providências nº 1.00423/2020-08  
Requerente: Ana Lúcia Siqueira de Figueiredo – Juíza de Direito  
Requeridos: Ministério Público do Estado de São Paulo; Procuradoria da República - São Paulo  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Procedimento nº 0011807-16.2020.8.26.0002, que tramita no 1º Ofício Criminal - Foro Regional II - Santo Amaro.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: São Paulo
- 101) Proposição nº 1.00424/2020-61  
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do artigo 37 do Regimento Interno do CNMP e acréscimo de dispositivos, visando disciplinar o instituto do Conflito de Atribuições.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal
- 102) Pedido de Providências nº 1.00464/2020-40 (Recurso Interno)  
Recorrente: Daniel Barros Fonseca  
Recorrido: Procuradoria da República - Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Atuação. Inquérito Civil nº 1.22.014.000254/2018-93. Promoção de arquivamento. Excesso de prazo para conclusão.  
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Minas Gerais
- 103) Pedido de Providências nº 1.00504/2020-08  
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Procuradoria da República - São Paulo  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições entre o Promotor de Justiça da Comarca de Barueri e o Procurador da República em Barueri. Procedimento de apuração de apropriação de bens fornecidos pelo Município de Barueri à Agência do IBGE.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: São Paulo

104) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00510/2020-38  
Requerente: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Excesso de prazo. Manifestação. Autos do processo de medidas protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) n.º 0632939-95.2020.8.04.0001.  
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Amazonas

105) Pedido de Providências nº 1.00517/2020-13  
Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia  
Requerido: Procuradoria da República – Bahia  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 701.9.25906/2020. Apuração de fraudes em licitações para aquisição de merenda escolar pelo Município de Itapetinga.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Bahia

106) Pedido de Providências nº 1.00593/2020-65  
Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia  
Requerido: Procuradoria da República – Bahia  
Interessado: Ovidio Augusto Amoedo Machado  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento IDEA 003.0.26323/2019.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Bahia

107) Pedido de Providências nº 1.00663/2020-67  
Requerentes: Ministério Público do Estado de São Paulo; Gustavo Macri Morais  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Interessado: Alexandre Motta Benevides  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Policial nº 0039336-92.2019.8.26.0224. 3ª Vara Criminal de Guarulhos e Vara Criminal de Inquéritos Policiais de Belo Horizonte.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: São Paulo

108) Pedido de Providências nº 1.00680/2020-95  
Requerente: Associação Sergipana do Ministério Público  
Advogado: Edson Luiz Campos Melo – OAB/SE nº 5644  
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe  
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Anulação da Resolução CPJ nº 16/2020. Determinação para que a Administração Superior do MP/SE se abstenha de remeter a mencionada Resolução ao Poder Legislativo. Pedido Liminar.  
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Sergipe

- 109) Pedido de Providências nº 1.00717/2020-94  
Requerentes: Ministério Público do Estado da Bahia; Beneval Santos Mutim  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Interessada: Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento IDEA nº 644.9.51443/2020. 10ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista. 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Salinas.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Bahia
- 110) Correição nº 1.00752/2020-02  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Instaura procedimento de Correição Ordinária em Órgãos de Controle Disciplinar no MPPE.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Pernambuco
- 111) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00829/2020-81  
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado da Paraíba. Conflito negativo de atribuições. Controle de qualidade e do processo de recall de medicamentos. Danos possivelmente causados em pelo menos nove estados. Código de Defesa do Consumidor.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: São Paulo
- 112) Pedido de Providências nº 1.00868/2020-06  
Requerente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Requerido: Procuradoria Regional Eleitoral no Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque. Promotoria de Justiça Eleitoral da 5ª Zona Eleitoral de Brusque. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n. 01.2020.00025036-9. Realização de comício eleitoral durante pandemia de novo coronavírus.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Santa Catarina
- 113) Reclamação Disciplinar nº 1.00871/2020-75 (Recurso Interno)  
Recorrente: Moises Rufino Fernandes  
Recorridos: Membros e servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo e do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação disciplinar instaurada em desfavor de membros e servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo e do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: São Paulo
- 114) Pedido de Providências nº 1.00897/2020-96  
Requerentes: Ministério Público do Estado de Goiás; Juliano de Barros Araujo  
Requerido: Procuradoria da República – Goiás  
Interessada: Mariane Guimaraes de Mello Oliveira  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Ministério Público Federal no Estado de Goiás. Conflito negativo de atribuições. Procedimento nº 202000074707. Inquérito Civil Público nº 1.18.000.000155/2019-7. 15ª Promotoria de Justiça - Núcleo de Defesa do Meio Ambiente de Goiânia.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Goiás

- 115) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00900/2020-35  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal  
Advogados: Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800; Felipe de Oliveira Mesquita - OAB/DF nº 34.673; Andre Fonseca Roller - OAB/DF nº 20.742  
Objeto: Ministério Público Federal. PGEA n. 1.00.001.000176/2019-14. Reclamação Disciplinar n. 1.00626/2020-40. Autorização para Procuradora da República de afastamento presencial de atividades junto à Procuradoria da República em Pau dos Ferros/RN. Decisão não proferida por chefe da instituição. Pedido de liminar.  
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Rio Grande do Norte
- 116) Pedido de Providências nº 1.00917/2020-65  
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Procedimento MPRJ 2020.00244463. Conflito negativo de atribuição. Possível crime de extorsão. Local de consumação do ato delituoso.  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Rio de Janeiro
- 117) Proposição nº 1.00953/2020-29  
Requerentes: Marcelo Weitzel Rabello de Souza; Sebastião Vieira Caixeta; Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Interessado: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Implementação do "MP On-Line".  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal
- 118) Pedido de Providências nº 1.00959/2020-50  
Requerente: Ministério Público do Estado do Ceará  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Ceará. Conflito negativo de atribuição. Oferta irregular de cursos de graduação pelo Instituto de Estudos e Pesquisas do Vale do Acaraú-IVA.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Ceará
- 119) Pedido de Providências nº 1.00972/2020-64  
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição entre Promotorias de Justiça de Londrina e Blumenau. Possível crime de estelionato.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Paraná
- 120) Pedido de Providências nº 1.01004/2020-57  
Requerente: Ministério Público do Estado de Tocantins  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Oferecimento irregular de cursos de graduação não credenciados pelo Ministério da Educação. Interesse da União.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto



Origem: Tocantins

121) Pedido de Providências nº 1.01009/2020-25

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuição. Instauração de procedimento investigatório) para apurar eventual violação a direitos do consumidor, pela oferta do suposto curso irregular de “Projeto Bombeiro Aprendiz Civil”. Remessa dos autos à Promotoria da sede da empresa reclamada.  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Rio Grande do Norte

122) Pedido de Providências nº 1.01011/2020-30

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Possível crime de extorsão. Local de consumação do delito.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Santa Catarina

123) Pedido de Providências nº 1.01014/2020-00

Requerente: Ministério Público Federal  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuição. Representação alegando ilegalidade na divulgação de calendário acadêmico por parte de instituição de ensino. Designação de exames acadêmicos sem a divulgação das notas dos exames anteriormente submetidos aos alunos. Interesse da União.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Rio de Janeiro

124) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00032/2021-47 (Recurso Interno)

Recorrente: Alwerner Pontes Cavalcante  
Advogada: Isabela Pimentel Bezerra – OAB/CE nº 29159  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Concurso público para ingresso na Carreira. Cargo de Promotor de Justiça Substituto. Determinação da observância do item 10.10.3.1 do Edital. Ampliação do padrão de respostas da Questão Teórica 3 - Prova Discursiva 3. Quebra da isonomia, legalidade, proporcionalidade e equidade entre os candidatos. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Ceará

125) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00039/2021-22 (Recurso Interno)

Recorrente: Yuri Osterno Prado – OAB/CE nº 23264  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Concurso público para ingresso na Carreira. Cargo de Promotor de Justiça Substituto. Anulação de Questão Teórica 3 - Prova Discursiva 3. Não previsão no Edital. Atribuição da pontuação a todos os candidatos. Conforme item 17.12 do Edital nº 1. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Ceará

126) Pedido de Providências nº 1.00047/2021-60

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Policial nº 019-09081/2019. Protocolo MPRJ 2020.00017775. 32ª Promotoria de Investigação Penal da 1ª Central de Inquéritos. Promotoria de Justiça de Nova Granada.  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: São Paulo

127) Pedido de Providências nº 1.00060/2021-73

Requerente: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Ocupação por parte de construtora de terreno pertencente ao município de Cachoeiro do Itapemirim/ES. Possibilidade de propriedade por parte da União ou do DNIT.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Espírito Santo

128) Pedido de Providências nº 1.00063/2021-34

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Representação contra instituição privada de ensino superior (Unifital) por cobrança de taxas para liberação de documentos acadêmicos. Possível fiscalização por parte de órgãos da União.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: São Paulo

129) Pedido de Providências nº 1.00064/2021-98

Requerente: Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa  
Advogados: Thiago Brhanner Garces Costa – OAB/MA nº 8.546; Thales Dyego de Andrade Coelho – OAB/MA nº 11.448-A  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Controle de atos praticados no bojo da Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa nº 0806828-38.2020.8.10.0029. Violação do princípio do Promotor Natural. Pedido liminar.  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Maranhão

130) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00067/2021-59

Requerentes: Luana Diniz Lírio Maciel; Rafael Maciel da Silva  
Advogado: Lucio de Almeida Braga Junior – OAB/AC nº 3.876  
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre  
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Revogação do Ato n. 23/2020/PGJ. Determinação para que a Procuradoria Geral e a Corregedoria Geral se abstenham de editar ato de qualquer espécie que venha a tornar os requerentes substitutos automáticos entre si. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Acre

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS  
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público